



AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF (**domicílio da última
residência do casal**)

Fulana de tal, estado civil, profissão, filha de Fulano de tal e
Fulano de tal, CPF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliada na
XXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXX, correio
eletrônico: XXXXXXXX,

Fulano de tal, estado civil, profissão, filho de Fulano de tal e
Fulano de tal, CPF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado na
XXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXX, correio
eletrônico: XXXXXXXX, vêm por intermédio da Defensoria Pública do
Distrito Federal, nos termos da legislação, requerer a homologação do
presente

**ACORDO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C GUARDA
COMPARTILHADA, REGULARIZAÇÃO DE VISITAS E ALIMENTOS**

pelas razões de fato e de direito que se seguem.

GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A Autora não possui recursos suficientes para suprir as custas,
as despesas processuais e os honorários advocatícios, conforme
comprovado (anexo). Assim, requer a concessão do benefício da
gratuidade da justiça, na forma do art. 98 e seguintes do Código de
Processo Civil e do art. 5.º, LXXIV da Constituição Federal.

FATOS

MATRIMÔNIO



As partes casaram-se em x/x/xxxx sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme certidão de casamento anexa, e estão separadas de fato desde xxx, sem possibilidade de reconciliação. Dessa união, resultaram os filhos: Fulaninha de Tal, idade, nascida em x/x/xxxx, Fulaninho de Tal, idade, nascido em x/x/xxxx.

Em razão do matrimônio, não houve alteração no nome de nenhuma das partes.

OU

Fulano(a) alterou seu nome de solteiro(a), incluindo o sobrenome do(a) cônjuge, e deseja retorná-lo à forma anterior.

OU

Fulano(a) alterou seu nome de solteiro(a), incluindo o sobrenome do(a) então cônjuge, e deseja assim mantê-lo.

NECESSIDADE DE ALIMENTOS

Fulano de tal (o menor) possui as seguintes necessidades básicas mensais:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Alimentação (três refeições e dois lanches)	
Vestuário	
Saúde	
Água e luz	
Escola (inclusive atividades extraclasse)	
Lazer	
Transporte	
TOTAL	



Além dessas necessidades acima indicadas, o menor tem a deficiência xxxx, conforme relatório médico anexo, e faz uso de xxxx, no valor de R\$ xxx.

O gasto mensal **totaliza R\$ XXXX,00 (XXXXX reais)**, e a representante da Autora não possui a capacidade de supri-lo suficientemente, de maneira que a qualidade de vida da criança está comprometida.

POSSIBILIDADES DA GENITORA

A genitora exerce a profissão de **XXXXX** no **XXXXXXXX**, e sua renda mensal é de aproximadamente **R\$ XXXX,XX (XXXXXX reais)**.

Acrescenta-se que **não possui/possui X** outros filhos dependentes.

POSSIBILIDADES DO REQUERIDO

O requerido exerce, como autônomo, a profissão de **XXXXX**, e estima-se que sua renda mensal seja de aproximadamente **R\$ XXXX,XX (XXXXXX reais)**.

Acrescenta-se que **não/possui X** outros filhos dependentes.

DA FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS – NECESSIDADE X POSSIBILIDADE

Os alimentos deverão ser fixados de acordo com as necessidades da criança e as possibilidades do genitor, **que possui vínculo empregatício, com carteira assinada**, e percebe o valor de **XXXX (reais)** mensais.



Assim, a parte autora requer a fixação dos alimentos no percentual de XXXX% dos rendimentos brutos mensais do Requerido, incidente sobre todas as verbas, inclusive rescisórias, deduzidos apenas os descontos legais (IRPF, INSS), incidentes sobre 13º, férias e horas extras. O valor da pensão deverá ser descontado em folha de pagamento do empregador do Requerido e depositado mensalmente na conta bancária da representante da parte autora, na data do pagamento do salário/vencimento.

OU

Os alimentos deverão ser fixados de acordo com as necessidades da criança e as possibilidades do genitor, que **trabalha como autônomo, sem carteira assinada.**

Assim, a parte autora requer a fixação dos alimentos no percentual de XXX% do salário mínimo, cujo valor corresponde a R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx), a ser depositado até o dia 10 de cada mês na conta corrente/poupança n.º XXX, agência n.º XXX, Banco XXX, em nome da genitora.

GUARDA/VISITAS

A guarda do(a) filho(a) menor **púbere/impúbere** será compartilhada, de maneira consensual, para que haja um melhor desenvolvimento da criança e convivência com os pais.

Nas datas comemorativas, a criança deverá alternar entre os lares, de forma que:

- Natal e Ano-Novo serão alternados.
- Férias escolares – janeiro: a criança permanecerá os primeiros quinze dias com o genitor e a outra quinzena com a mãe. Julho - a primeira quinzena será com o pai e a segunda com a mãe.
- No dia dos pais e aniversário do pai a criança ficará com o genitor.



- No caso de viagem, deve haver o aviso do local de destino com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

BENS

Durante o casamento, não foram adquiridos bens.

OU

Requer a partilha dos seguintes bens, adquiridos no período do casamento:

1) Apartamento localizado no Endereço Tal, de matrícula n.º xxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$xxxxxx,00, sendo R\$xxxxxx,00 financiados pelo Banco XXXXXX (inscrição de alienação fiduciária em favor de Fulano(a) de Tal).

2) Casa localizada no Endereço Tal, de matrícula n.º xxxxxxxxxxxx, avaliada em R\$xxxxxxxxxx,00, cuja regularização Fulano(a) de Tal e Fulano(a) de Tal tentam desde xx/xx/xxxx, conforme provas em anexo.

3) Carro modelo, ano, Renavam, avaliado pela Tabela Fipe em R\$xxxxxx,00.

4) R\$xxxxxxxx,00 no Banco xxxxxxxx, Ag. Xxxxxx, Conta Corrente xxxxxxxxxxxx, em nome de Fulano(a) de Tal.

DÍVIDAS

As partes não possuem dívidas comuns.

OU

Solicita a partilha das seguintes obrigações:

1) Credor – Referência – R\$xxxxxx,00

2) Credor – Referência – R\$xxxxxx,00

DIREITO



É salutar para toda criança conviver em ambiente familiar, devendo ser protegida de situação que a exponha a qualquer tipo de risco e exploração, sendo mandamento constitucional que a família, o Estado e a sociedade assegurem a dignidade, o respeito, além da proteção a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, o art. 227 da Constituição da República estatui direitos da criança e do adolescente que devem ser observados:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A guarda compartilhada estabelece a convivência igualitária da criança com os pais, mediante o revezamento semanal de lares, nos termos do art. 1.583, § 2º, do Código Civil, que determina o seguinte:

Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.
§ 2.º Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos

Nesse caso, de forma consensual, os pais desejam formalizar o pedido de guarda compartilhada para que a criança tenha um desenvolvimento sadio e convivência com ambos.

A obrigação alimentícia está fundamentada no interesse superior de preservação da vida humana e na necessidade de dar às pessoas garantia de suprir seus meios de subsistência.



É dever dos pais amparar os filhos, consoante o art. 229 da Constituição da República:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

O pedido da Autora segue fundamento no art. 1.696, do Código Civil, o qual prevê que o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos.

No caso em tela, resta demonstrada a necessidade de alimentos, uma vez que a genitora, sem ajuda do genitor, não é capaz de suportar todas despesas necessárias para o desenvolvimento sadio da criança.

5 PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, na forma do que dispõe o artigo 98 do CPC;
- b) a intimação do membro do Ministério Público;
- c) a procedência do pedido, homologando-se o presente acordo sendo decretado, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de Registro Civil, para fins de averbação, **observando-se a mudança de nome xxxxxxxx; bem como procedendo-se à partilha dos bens e das dívidas, e regulamentando-se a guarda e visitas, conforme proposta apresentada;**
- d) a concessão definitiva, ao final do processo, da guarda compartilhada do(a) menor.



- e) A fixação de alimentos provisórios em 50% do salário mínimo vigente, X (reais), a ser depositado na conta corrente da representante da criança;
- f) Após demonstração da real capacidade econômica do requerido, a fixação definitiva do montante em X (reais);
- g) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal — art. 3.º, da Lei Complementar Distrital n.º 908/2016), que deverão ser depositados no BRB Código do Banco 070, Agência 100, Conta nº 013.251-7, PRODEF/DPDF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ xxxxxxxx (xxxxxx reais). Doze vezes o valor dos alimentos, valor dos bens. (Salário mínimo para a hipótese de inexistência de bens)

Termos em que pede deferimento.

Brasília, XX de XXXX de XXXX.

Defensor Público